

ATA Nº 007/2022



Às oito horas e cinquenta minutos do dia dez de agosto de dois mil e vinte e dois, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas se reuniram na modalidade remota, como medida de prevenção à disseminação da COVID-19, via aplicativo google Meet para a sétima reunião ordinária de trabalho do biênio 2021/2022, conforme deliberado na reunião ordinária de julho. O Sr. Presidente deu início a reunião dando boas-vindas a todos e todas e passa para o **primeiro** ponto de pauta, aprovação da ata da Reunião Ordinária de julho/2022. O Presidente põe em votação a aprovação da ata da Reunião Ordinária de 13 de julho/2022, perguntando se alguém tinha algum questionamento a fazer e não havendo nenhuma consideração a ata foi aprovada por unanimidade. O Presidente seguiu para o **segundo** item da pauta, apresentação do trabalho do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas – CRATOD/SP pela convidada Sr^a Sandra Marques, que iniciou a fala agradecendo o convite e dizendo que sua apresentação seria em relação a política nacional do controle do tabagismo, considerou uma hora muito propícia para falar sobre este assunto, principalmente por conta de uma audiência que teve na ANVISA, onde teve que fazer uma fala nesta audiência, buscando também a manutenção da RDC 46, de suma importância para fazermos a proteção da política. Continuando, disse que quando falamos da política nacional de controle do tabagismo estamos falando de capacitação, citando a última realizada com o CONED de São Paulo e que precisa desta capacitação para os COMADs, para que tenham uma estrutura para trabalhar nos municípios. Disse que fica muito admirada ainda quando se fala em intersetorialidade, em função do Estado de São Paulo ter muita dificuldade do ponto de vista de implementação desta política no município, pois quando temos a política nacional de controle do tabagismo, temos estabelecido vários parâmetros que nos facilitam esta ampliação, não que seja fácil, mas do ponto de vista organizacional é bem distribuído e cada ente federativo tem a sua atuação. Temos que entender que o tabaco contém uma substância que é a nicotina e o Brasil é o segundo país do mundo a implementar medidas da Convenção Quadros de controle do tabaco e que fica muito admirada, que tem pessoas que não entendem que não há redução de danos para o consumo de tabaco/nicotina, que qualquer forma de consumo implica em alguma alteração na saúde física e mental. Que tem falado isto diariamente e ratificado na terceira audiência pública da ANVISA, onde as pesquisas científicas demonstram a cada dia as implicações inclusive do cigarro eletrônico, dos novos dispositivos como uma forma de entrega da nicotina para causar dependência química e uma forma também de entrar com outras substâncias psicoativas. Então nos atentarmos para isto é fundamental, que na terceira audiência a manutenção da RDC 46 foi uma coisa muito importante, pois por mais que falamos da importância de regularmos estes novos produtos, temos de falar de saúde pública e estes dispositivos já tem vários desafios, pois são mais de duas mil substâncias que nos estudos demonstram isto, considera que já perdemos um tempo grande entre o lançamento da Resolução da Diretoria colegiada, a publicação da RDC 46 de 2009 até agora, que já poderíamos ter uma lei sobre isto,



porque uma RDC não é uma lei, então entender que isto fez toda a diferença e que no momento está “pipocando” em vários estados, inclusive a regulação, porque a lei antifumo não é muito clara.

No Estado de São Paulo tentaram fazer um PL em 2019 sobre este assunto, propondo uma alteração na lei antifumo que foi derrubada por algumas organizações da sociedade civil por conta de acharem que seria alterada a lei antifumo e o que aconteceu este ano foi justamente isto, cada estado fazendo a sua regulação, pois esta alteração na lei antifumo é para trazer uma melhora na lei nacional e trazendo este contexto da saúde mental, dando como exemplo o trabalho do CRATOD. Disse que está na Coordenação Estadual do Programa Nacional no Estado de São Paulo, e o entendimento de que tabaco também é uma substância a ser tratada e entrando no projeto terapêutico do usuário, é extremamente importante que entendamos que a política nacional de controle do tabagismo traz todo um contexto onde temos a proteção da política, abertura de documentos da indústria, o Observatório da FIOCRUZ nos permite hoje sabermos que na década de sessenta já estudávamos algum tipo de dispositivo eletrônico para fumar, preços impostos, sendo que temos a regulação da Receita Federal e o Brasil trabalha com a política do preço mínimo, certamente se fosse aumentado a tributação, o preço do cigarro seria uma medida mais efetiva para diminuir acesso e ambientes livres do tabaco. Considera que de todas as medidas foi uma grande conquista do Brasil, hoje São Paulo está trabalhando com um projeto piloto da OPAS, ambientes livres de tabaco em condomínios residenciais. É importante dizer também que no Canadá por exemplo em condomínios residenciais não se fuma dentro de casa, pela questão da poluição tabagística ambiental, que tem imposto sobre isto, desta forma algumas regulações em outros países já começa a ficar mais restritivas do ponto de vista do impacto no meio ambiente e na saúde das pessoas. Acha que o período pós Covid também trouxe esta concepção do que seja a questão do direito individual perante ao coletivo na saúde, o que implica isto, que a gente tem que começar a pensar no outro, nos outros, no que eles implicam na nossa saúde, no direito individual que vai até onde você não me contamina, no caso do tabaco e que está foi a questão da lei antifumo, que ela não é proibitiva, mas sim protetiva do ponto de vista de saúde. A regulação é feita pela ANVISA, são várias vertentes que a política vem trazendo, a questão da RDC 46 de 2009, a questão dos aditivos que desde 2012 não consegue ser aprovada, o que diminuiria muito a atratividade destes produtos, inclusive destes novos produtos que ficam muito mais palatáveis e por mais que a indústria nos diga que são dirigidos a um público maior, que quer parar de fumar, mas eles não são medicamentos, não são registrados como medicamentos, eles não são para parar de fumar, muito pelo contrário, está havendo vários estudos sobre o assunto e falando o quanto os jovens, adolescentes tem iniciado, até porque o apelo da publicidade é para este público e a gente tá falando de rotulagem das embalagens, que existe uma padronização mundial, aumento das advertências nos maços de cigarro tem ocorrido durante este tempo e essa padronização justamente é para diminuir, educação e conscientização é o movimento que se está fazendo mais forte neste momento com os parceiros da política, inclusive por conta desta última audiência, quanto precisamos deste trabalho e que recebe constantemente questões com relação a

 dúvidas sobre ambiente livre do tabaco. Colocou que a questão da lei antifumo ainda é um desafio, que em São Paulo já tem legislação há treze anos, mas as pessoas ainda são muito mal orientadas em relação a isto, considera que a fiscalização é boa, porém precisamos ampliar e temos que educar muito a população. A questão da publicidade, promoção, patrocínio tem-se tentado manter uma fiscalização mais atuante em relação a isto, porém a internet é o grande desafio hoje, pois hoje os meios digitais, os influencers que trazem claramente o uso de tabaco, de novos dispositivos, entrega de nicotina, no caso como uma possibilidade, fazendo a renormalização do tabagismo. Temos que falar do mercado ilegal, que houve a ratificação inclusive recentemente no Paraguai, no protocolo do enfrentamento do mercado ilícito, que ela participou muito do GT na época que estava se formando sobre como São Paulo poderia atuar e hoje temos um trabalho de mapeamento nas estradas estaduais junto com o DER, que hoje claramente podemos dizer que a área que ocorre maior apreensão de cigarro contrabandeado não deixando de atuar junto com a polícia federal, que tem uma atuação ostensiva maior, mas a educação da população é necessária, pois são áreas que normalmente se tem maiores dificuldades das pessoas pararem de fumar por já usarem cigarros de forma ilícita com uma grande quantidade de nicotina. Felizmente a ANVISA inaugurou um laboratório em 2017, que esteve presente nesta inauguração, mas que nunca se conseguiu fazer análise destes produtos. Desta forma o laboratório permanece fechado, que é um grande desafio também para quem está na assistência, porque os estudos, protocolos e diretrizes são dirigidos para produtos com um miligrama que são regulados para isto e também a venda a menores, temos a legislação da década de noventa, mas a gente ainda vê em mercados, padarias que ainda vendem tabaco, que deveria ser numa tabacaria é óbvio, que vendem para menores de idade. Temos que entender que isto faz toda a diferença na venda destes novos produtos, citando o narguilé, que tivemos uma grande epidemia, inclusive na Turquia, que foi o primeiro país a regular todos estes produtos por causa do impacto na saúde pública e a ordem do impacto no Brasil são de 125 milhões atualizados no ano passado, onde podemos falar de perda de produtividade, de afastamentos e as vezes algum cuidador que precisa ficar com a pessoa e acaba deixando de trabalhar, impactando na sua produtividade inclusive. Fumicultura e meio ambiente, temos vários programas para diversificação de cultura, mas que acaba sendo impactado, tem a questão do trabalho escravo, do trabalho infantil, que o Ministério Público tem atuado muito em relação a isto e o quanto temos que melhorar este contexto e disse que não está fazendo um discurso de uma ambientalista, mas o quanto a gente precisa trabalhar a questão da erradicação da pobreza, agenda 2030, renovação do solo, pensar nas nossas florestas de uma maneira mais impactante, descarte de bitucas, acredita que São Paulo faz um trabalho bacana com relação a isto, que já tem uma tecnologia nacional falando sobre descarte, coleta e a questão da reciclagem de bitucas, que isto é um lixo tóxico e que estamos falando de uma economia que deveria ser circular, resíduo tóxico e sólido nos nossos solos sendo descartados de uma forma errônea, vigilância e pesquisas a gente tem várias no Brasil, mas ainda temos o grande desafio, pois fazemos a pesquisa nacional baseada em inquérito por telefone fixo e no próximo ano o Vigitel vai ser

 também por inquérito por telefone celular, onde pegarão camadas da população que tem usado cigarros eletrônicos, novos dispositivos e isto vai mostrar que a nossa prevalência tem aumentado e não diminuído como a maioria das pessoas tem demonstrado. Os cigarros eletrônicos já estão na quarta geração e importante dizermos que hoje temos três tipos de nicotina, quando a gente fala de nicotina de base livre, é uma nicotina que traz um contexto com adição de amônia na estrutura química da nicotina, a nicotina do cigarro tradicional, a nicotina salinizada é utilizada hoje nos dispositivos eletrônicos para fumar, ela é adicionada ao ácido benzoico e isto dá uma rapidez de entrega no cérebro e diminui a aspereza do gosto da nicotina, porque estes produtos entregam as vezes até noventa miligrama de nicotina num único dispositivo. Temos que entender que esta primeira geração parecia muito com o cigarro e que tínhamos o desafio de entregar um pouco mais de nicotina do que o cigarro tradicional. A nicotina sintética já é produzida desde a década de sessenta, até porque usamos a terapia de nicotina baseada como medicamento. Desta forma os dispositivos iniciais eram muito parecidos com o cigarro, já o segundo era recarregável, o terceiro um tanque, com quantidade muito maior de nicotina entregue e é neste dispositivo que consideramos um dispositivo aberto e facilmente manipulável por qualquer usuário, por isto também a grande dificuldade de fazermos a regulação destes produtos. A degradação desta composição não vamos saber nunca, já que é individualizada e isto para uma regulação é fundamental, porque falamos que no cigarro existem mais de nove mil substâncias, quando temos a combustão deste cigarro, e precisamos disto para manter os dependentes. E os disfarces também de vários dispositivos, onde temos o grande desafio pois temos aí a juventude. A quantidade de ácido benzoico tem aumentado principalmente no Ju que é uma marca que recentemente o CDC tentou segurar a questão dos aditivos e aí vemos que causam várias irritações respiratórias importantes, porque eles contem na sua composição alguns compostos que aumentam as chances de surto de asma, o formaldeído que causa câncer, são vários produtos compostos que já tem um índice com potencial carcinógeno muito grande e por si só já deveria nem constar neste produto para ser usado por seres humanos. Tem a questão dos sabores, que também é um grande desafio que temos principalmente porque estes sabores são entregues para esta população mais jovem. Então quando sentimos os sabores e aromas é impossível não se ter atratividade, pois são muito agradáveis, e principalmente pelo fato da indústria entregar o produto como uma forma de redução de danos do tabaco. Os cigarros eletrônicos já existem estudos falando sobre a porta de entrada para várias substâncias, não só o tabaco, mas o risco de se tornar um usuário de tabaco é três vezes maior. Informou que nesta semana saiu um estudo novo falando de quatro ou cinco vezes mais, existem alguns casos que sim, pois são produtos que estão sendo adaptados e está entrega está sendo mais aditiva. Cigarro eletrônico causa várias doenças cardiovasculares e estes estudos foram todos apresentados na audiência da ANVISA. Estamos falando de angina, aumento de infarto agudo do miocárdio e na semana retrasada um garoto morreu no Piauí pelo uso destes dispositivos. Temos que falar também do tempo de uso imediato que também causa um dano, pois imediatamente tem uma disfunção das pequenas vias aéreas, aumento da inflamação no

X pulmão, asma, DPOC e isto é um grande desafio, que no pós Covid começaram a olhar mais para estas questões das doenças respiratórias, pois temos a Covid longa que são estas novas alterações pós Covid e que temos que começar a observar, pois teremos muitos problemas respiratórios, isto sem contar a condição climática. Relata que esteve na Espanha recentemente num congresso sobre doenças respiratórias e verificou que nós negligenciamos muito até a questão do pólen aqui, que tem muitos alérgicos, agora imagine com o uso destes novos dispositivos. Impactos a longo prazo vale aquela inflamação injúria que era associada ao cigarro eletrônico nos Estados Unidos em 2019 e que teve aquele bum dos jovens que fez com que os Estados Unidos inclusive adiantasse o protocolo deles junto ao que estamos anos luz na frente na questão de regulação de tabaco e até porque os Estados lá são muito independentes, mas entender que isto trouxe um impacto muito grande no sistema de saúde americano, fazendo com que mais de dois mil jovens procurassem tratamento para isto. E o impactos a longo prazo? Agora estão surgindo estudos que existem comprometimentos cognitivos em quase quarenta por cento desses usuários, respiratórios quase cinquenta e que não volta a ser a mesma coisa, onde brincamos que é uma simulação da Covid, pois os aspectos radiográficos, fotográficos é muito parecido com o de Covid, então acreditamos que nos serviços de saúde a gente tem uma subnotificação deste uso, falta o profissional de saúde questionar mais sobre isto, se a pessoa usa mais tabaco, pois as pessoas não entendem que isto é uma forma de fumar, os sintomas de ansiedade, depressão tem aumentado muito e estresse pós traumático, até mesmo porque a dificuldade que as doenças respiratórias trazem, uma certa ansiedade pela própria consequência desta falta de conseguir respirar. Os estudos já mostram como é o cigarro eletrônico em relação a terapia de reposição de nicotina, que o grande desafio que temos aí de comprovar que o cigarro eletrônico não é uma forma de tratamento do tabagismo, muito pelo contrário, eles falavam em dispositivo para parar de fumar e hoje o discurso já foi mudando e hoje já temos como redução de danos claramente e se lembra de estar assistindo uma vez um indiano da Organização Mundial de Saúde dizendo que o cigarro foi o primeiro produto no mundo a se globalizar no século vinte e que talvez a política de redução de danos tenha surgido nestas indústrias como uma desculpa para o lançamento de novos produtos. Dá para pensar muito a respeito e quem lida com isto diariamente, tem estratégias anos luz mais avançadas que a gente na questão de regulação e tratamento. Os cigarros eletrônicos tem formatos variados e uma mãe ou um pai que não são orientados, nem observam isto e as mensagens finais são: será que isto seria um auxílio na cessação do tabagismo? Não, mas sim a manutenção das dependências química, psicológica e comportamental e a porta de entrada é que cinquenta por cento das pessoas que nunca haviam fumado começam a fumar, podendo iniciar num cigarro comum. Citou também o narguilé que a entrega de volume aspirado, de fumaça aspirada é muito maior do que um cigarro regular, o número de tragadas aumenta muito, impactando a parte respiratória também. Considera o mais grave do narguilé o compartilhamento da piteira, em função das doenças infecto contagiosas, tuberculose, herpes, Covid19, influenza e em São Paulo eles tem falado muito neste tipo de contaminação com este dispositivo. Relata que na Califórnia

X tem se discutido muito esta questão de ambientes livres de tabaco, tem estudos que mostram a medição da poluição tabagística ambiental em cada apartamento e falam também sobre os impactos do cigarro eletrônico, a questão do waper passivo, da contaminação passiva, que este é um estudo que eles estão desenvolvendo lá e que em São Paulo não vão fazer isto, mas sim a sensibilização das equipes, porque outra coisa que está pegando muito nos Estados Unidos, Canadá por exemplo é a questão da saúde do trabalhador, pois as pessoas negligenciam muito isto, pessoas fumando, entrando para ficar numa sala contaminada com estes compostos e que precisamos começar a observar também. Informou que recentemente fizeram uma capacitação junto com o Conselho de Medicina Veterinária sobre tabagismo passivo em pets, inclusive como uma estratégia de mobilização para a inclusão desse profissional, quando falamos em questão de saúde única e hoje temos que falar sobre isto, porque é um profissional que tem trazido este contexto, que é uma estratégia de abordagem do tabagista pelo seu pet, que fica ali impactando na saúde dele e quanto maior o focinho do animal, maior é a área de absorção destes compostos, os gatos na questão da auto lambedura e pássaros que também são impactados porque a parte respiratória deles é muito sensível e conviver com fumantes acaba matando os pássaros, pois a absorção deles é muito rápida. Finaliza dizendo que temos vários desafios para alcançar, temos que pensar nos oceanos, no nosso meio ambiente. O Presidente agradece novamente a palestrante e abre a palavra para perguntas. O Conselheiro Weber no uso da palavra parabenizou a palestrante dizendo que nós temos sempre o que aprender e o tema abordado foi fantástico, e pergunta se poderemos usar o material que foi utilizado na palestra, se temos esta permissão. E que entre professores, educadores há muito interesse em ter conhecimento principalmente quanto ao cigarro eletrônico e que tem feito muitas apresentações em escolas sobre este tema. Relatou que dezessete mil crianças de sua cidade foram incentivadas na campanha antitabagismo para desenvolverem um trabalho, que o protagonismo foi resultado de trabalhos anteriores, concurso de poesia, onde relataram a problemática do tabagismo, onde desenvolveram personagens e uma história em quadrinho quando a bituca de um cigarro era jogada pela janela do carro quando o pai ia levar a criança para a escola e horas depois o incêndio na floresta na cidade que repercutiu no meio ambiente, entre os animais e a preocupação daquelas crianças. Então foi feito um link entre o problema do tabagismo e o meio ambiente, inclusive este projeto foi um dos que foram premiados, então estas iniciativas quando se promove através da própria criança tem um impacto muito grande na sociedade. Finalizou dizendo que se sentiu muito feliz por ter ouvido a fala da palestrante e gostaria de usar parte do material para enriquecer os trabalhos que estão desenvolvendo na sua cidade, no que a Sra Sandra disse que poderíamos ficar à vontade para utilizar o material. A Conselheira Maristela pediu a palavra e agradeceu a palestrante pela apresentação, dizendo que foi muito enriquecedora e que na SESA tem um setor do tabagismo coordenado pela Aurení que está à frente dos trabalhos e que no Paraná existe um grande movimento realmente da Vigilância Sanitária, fizeram muitas ações no sentido de implantar as legislações sobre o tabaco, reporta aos ambientes livres do tabaco e sabe que o resultado da implantação desta política

X vem da militância dos Servidores/as públicos da SESA e sabe que esta política está sendo ameaçada, conforme apontado pela palestrante e por isto que precisamos estar sempre vigilantes e colocou como ideia num outro momento de convidarmos os setores da SESA para expor no CONESD quais as dificuldades que estão encontrando na implantação da política, pois sabe por informações paralela que estão tendo dificuldade no trabalho de prevenção nas escolas. Finaliza colocando a SESA a disposição do CONESD para articular com a Aurení uma fala no momento que for de interesse do CONESD. A Sra Sandra destacou que o trabalho nesta área é sensacional e quando falamos desta articulação, estes espaços é muito importante, temos que aprimorar os conhecimentos, principalmente em relação aos novos dispositivos, trazendo este contexto com uma metodologia midiática pode fazer muita diferença para a prevenção, que precisamos estudar novas formas de atingir este público hoje, que em segundos tem informação pela internet, que este é o grande desafio. O Presidente com a palavra disse que já iria solicitar para a Conselheira Maristela entrar em contato com a coordenadora estadual, juntamente com a Regina da SEED para discutirmos isto numa próxima reunião sobre a questão do trabalho de prevenção nas escolas. Neste momento a Conselheira Rita fez o uso da palavra parabenizando e agradecendo a palestrante pelo compartilhamento de informações, que foi muito importante e que gostaria de saber sobre a nota técnica da administração penitenciária de São Paulo, que ficou muito interessada pelo fato de ser Servidora do DEPPEN do PR. Solicitou se era possível ter acesso a esta nota técnica, até para contribuir com a política penitenciária que é tão fragilizada no nosso país e com uma ausência neste foco que é a questão do tabagismo. Perguntou ainda se a palestrante tinha algum indicador após esta nota técnica, um panorama para sabermos se houve alguma alteração nesta realidade no Estado de São Paulo. A Sra Sandra informou que enviaria sim a nota técnica por meio do Presidente. Neste momento a Conselheira Regina pede a palavra e fala da pesquisa APENSE que dá um panorama sobre a questão de uso de álcool, tabaco e que a SEED desenvolve ações junto com o Programa SEMEAR, com o Ministério Público e que elaboraram um projeto que passou pela Secretaria da Criança para desenvolver atividades de prevenção no ambiente escolar envolvendo a rede e que a proposta do projeto não é trabalhar a droga em si, mas o projeto de vida da pessoa. O Conselheiro Marco Bessa deu os parabéns para a palestrante e colocou que as necessidades sempre são semelhantes, citando as dificuldades de falta de medicação na atenção básica de saúde para que as pessoas tenham acesso, que é uma coisa básica, que são coisas muito primárias que a gente ainda luta e que é uma luta muito desigual em relação a publicidade que hoje em dia é feita diretamente via redes sociais e que a indústria atinge diretamente os adolescentes, sem nenhum filtro, sem nenhuma proteção e na ponta quando vamos atender tem as dificuldades mínimas, pois muitas vezes não temos condições mínimas de atendimento e que se não fosse estes tipos de trabalho estaríamos muito pior. A Sra Sandra falou que a questão do medicamento poderia falar com propriedade e acredita que seja mais uma questão de organização, de previsão de atendimento, por isto que é tão necessário a organização da rede no município e que os medicamentos precisam ser disponibilizados dentro de critérios importantes por

X um farmacêutico, a guarda dos medicamentos, então é uma série de coisas a verificar quando se organiza um programa. Continuando, afirmou que neste momento realmente está em falta os medicamentos pois o Ministério da Saúde não previu a ampliação tão significativa dos programas, até pelo retrocesso que tivemos em 2020, quase que se perdeu muitos medicamentos. Disse que uma das estratégias já há quase três anos é que vinha fazendo o trabalho com a administração penitenciária, mas para não perder medicação em 2020, correu com a nota técnica da SAP para disponibilizar os medicamentos, por isto que precisa ter gestão para as pessoas não se apropriarem do dinheiro público de maneira equivocada. A Conselheira Helena no uso da palavra parabenizou a palestrante e disse que trabalha na Universidade Estadual de Maringá e que tem o programa do tabagismo implantado na universidade desde o ano de 2005, nos moldes do INCA e que inclusive fizeram ampliação do trabalho com a participação da nutrição, da educação física, da odontologia, que é um programa muito bom, que no período da pandemia passaram a fazer os grupos na modalidade online prevalecendo até hoje e que está indo muito bem, que atendem um público de Maringá e região, que quando foi implantado na instituição também estava iniciando no município e na região não existia, por isto seguiram esta dinâmica de atender Maringá e região e que está funcionando muito bem. A palestrante relatou que também está desenvolvendo um trabalho muito bom com a USP, UNICAMP, UNESP, com a participação de estudantes por meio de estágio. O Presidente agradeceu a participação da Sra Sandra na reunião e deu continuidade passando para o **terceiro** ponto de pauta, Relatório das comissões permanentes. A Conselheira Maristela informou que a comissão de tratamento até onde ela sabia não haviam se reunido, o Conselheiro Fábio relatou que a comissão de pesquisa e redução de danos fizeram uma tentativa de junção, mas mais uma vez conseguiram se reunir apenas a Conselheira Helena e Conselheiro Marcelo, não teve quórum, não tendo relato para trazer para o pleno, desta forma sugeriu que façamos uma reflexão sobre o funcionamento das comissões, mesmo sabendo que é final de gestão precisamos desta avaliação, reflexão, quem ficará, quem não ficará no CONESD, “precisamos que as comissões sejam avaliadas, as suas composições, os seus objetivos, seus trabalhos”. O Conselheiro Renato informou que a comissão de redução da oferta não se reuniu e que a comissão era composta pelo Dr Italo e a Conselheira Maria Lucia e com a saída do Dr Italo ficaram apenas em duas pessoas e aproveitou do momento para convidar a Conselheira Anelyze representante da polícia civil para participar desta comissão e que pretende até dezembro apresentar um novo relatório sobre o subsistema de alerta rápido. O Conselheiro Weber informou que a comissão de prevenção não se reuniu neste mês. O Presidente neste momento tomou a palavra e colocou como proposta para todos/as para fazermos uma reunião para conversarmos sobre as comissões para darmos um redirecionamento, como forma de fomentar o plano diretor e que tem falado bastante sobre o plano diretor, para que seja um norteador para as próximas gestões, principalmente por termos conseguido um avanço muito significativo quando da conferência e quando da aprovação deste plano, além de outros avanços que tivemos neste conselho. O Presidente sugeriu realizar uma reunião extraordinária online no dia 31/08/2022 para discutir estas questões

X sendo aprovado pela maioria dos/as presentes. O Conselheiro Marco Bessa disse que tentará participar, a Conselheira Helena informou que não participará pois estará de férias, a Conselheira Dulce também relatou dificuldades para participar e a Conselheira Regina informou que terá outra agenda nesta data, não sendo possível participar, no que o Presidente sugeriu a participação da Vanessa, pois a mesma será a nova suplente da SEED. O Presidente passou para o **quarto** ponto da pauta, Plano diretor para o CONESD, dizendo que precisamos delinear este plano para a próxima gestão que vier, para que muitas ações que estamos desenvolvendo seja dada continuidade. O Presidente passou para o **quinto** ponto da pauta, Fundo Estadual sobre Drogas –FESD, com a palavra disse que foram encaminhadas as alterações e que depois de oito ou nove meses retornou para a SESP para parecer e que também nesta proposta do fundo está contemplada a proposição do Conselheiro Marco Bessa da arrecadação de um por cento sobre a taxação do álcool e tabaco e que verificará junto com o Dr Renato onde está parado para fazer esta aprovação do fundo. Informou que tem conhecimento de que outros estados já passaram algo semelhante em relação ao fundo e que alguns já até aprovaram com publicação em diário oficial, citou o Maranhão e Minas Gerais como exemplo, que irá confirmar pois será um ponto positivo para o Paraná. Neste momento o Sr Edilson Sposito se apresentou como suplente da Conselheira Rita e que trabalha no DEPPEN como chefe do fundo penitenciário há dez anos e acha que a sua contribuição será no sentido de que a lei que criou o fundo sobre drogas é a mesma lei do fundo penitenciário e que estão estudando para fazer alterações nesta lei e que poderá contribuir com o CONESD nesta questão de alteração da lei do fundo. O Conselheiro Renato solicitou ao Presidente que caso consiga esta normativa de outro estado sobre o fundo que repasse o mais breve possível, o Presidente ficou de entrar em contato com o Presidente do Conselho Estadual do Maranhão para ver esta questão e que também iria entrar em contato com outros Estados. Dr Renato disse que é importante ter a lei e as justificativas para verificar o que se pode aproveitar no Paraná. O Presidente passou para o **sexto** ponto da pauta Informes NEPSD. O Conselheiro Renato informou que o NEPSD está trabalhando em cima do plano estadual em razão da conferência, que antes de sair de férias em julho correu algumas secretarias para pegar as propostas que foram aprovadas na conferência e obviamente escutar os secretários e a equipe técnica para ver se as propostas são plausíveis, são ezequíveis, que foi na SEJUF, na SESA e obviamente na SESP e que pediu uns pareceres jurídicos e que no momento está aguardando o posicionamento da SESA e que a hora que voltar, o plano já será encaminhado para correções gramaticais, normas e diagramação, e que a ideia é aprovar este plano até dezembro para que comecemos o ano de 2023 com este plano aprovado. Informou que a partir de agora irão retomar a questão das fiscalizações nas CTs que recebem verba federal, que irão intensificar estas fiscalizações. Informou ainda que o fato de estarmos em período eleitoral, as legislações são bem rígidas, que o site está fora do ar, até mesmo em relação aos e-mails, que não podem enviar para muitos lugares, pois podem ser caracterizados como propaganda, então precisam tomar muita cautela para promover e

X até mesmo para participar de qualquer ação, então até outubro as atividades do NEPSD estarão bem limitadas em função disto. O Conselheiro Fábio pediu a palavra e colocou que a gente sempre volta sobre este assunto em relação a fiscalização, que formaríamos uma comissão para fazer este acompanhamento e gostaria de retomar isto, que o CONESD pudesse acompanhar o trabalho do Núcleo, como orientador, conforme consta no regimento, então solicitou que tirássemos esta comissão para acompanhar o trabalho de fiscalização de instituições não públicas. O Presidente assumiu a palavra e apontou que existe duas situações de fiscalizações, uma é a fiscalização que será realizada pelo NEPSD e que o Paraná foi o terceiro Estado que assinou este convênio e que a SESP inclusive já disponibilizou um carro para isto e que estas fiscalizações serão apenas nas CTs que possuem o convênio com a SENAPRED e a outra fiscalização que pretendem fazer ainda requer discussões, porque para fazer estas fiscalizações não seria somente nas CTs, acredita que a ideia seja de visitar clínicas, centros, alguns locais que se denominam CTs, que precisamos fazer isto de uma maneira muito assertiva e é claro que com um grupo multidisciplinar com a participação da OAB, CRP, MP, saúde será imprescindível, mas é claro que para fazer isto precisa de verbas, que até podemos tirar esta comissão mas precisamos ver a questão do fundo primeiro. Podemos até deixar aprovado a criação desta comissão para a próxima gestão dar continuidade, mas precisamos de verba do FESD para isto. A Conselheira Maristela pediu a palavra e apontou que esta questão foi muito bem colocada, mas que primeiro que esta fiscalização tenha previsão orçamentária, porque ninguém vai trabalhar de graça, não tem como, não tem serviço de fiscalização que fique só no amor, e as vezes mesmo com previsão orçamentaria sabemos que as fiscalizações não ocorrem a contento, então este é um ponto e o outro é a ampliação dos serviços a serem fiscalizados. A Conselheira solicitou que constasse em ata um fato que aconteceu agora em julho, que inclusive saiu nota na mídia, de um hospital psiquiátrico de Maringá, que sofreu uma intervenção do Ministério Público e da Justiça, e que o hospital foi fechado, cancelada todas as atividades, após uma série de fiscalizações e contribuições até da própria secretaria da saúde e porque foi fechado? Porque de fato foi constatado violação dos direitos humanos, falta de recursos humanos, o trabalho terapêutico não ocorria e era um hospital psiquiátrico que recebia verba e estava cotado inclusive para receber verba do Ministério da Cidadania, então a fiscalização revelou as irregularidades constantes e tanto que a juíza determinou o fechamento e a retirada de todos os pacientes que estavam internados até o dia trinta e um de julho e isto gerou um grande trabalho para a SESA pois já não tinha vaga para novos pacientes e imaginem recolocar cento e cinquenta pessoas, mas muitas destas pessoas foram dado alta, pois estavam internadas sem indicação, então vejam, isto ocorreu numa instituição que teoricamente tinha uma fiscalização rotineira, então concorda que isto precisa ser ampliado em relação as fiscalizações, mas que precisa ser bem pensado e estruturado tudo isto. O Conselheiro Renato com a palavra colocou que já disse neste conselho que nós sempre tivemos problema com o FESD, mas a SESP arca com recursos caso o CONESD apresente projetos, e que não dá para ficar

 esperando o FESD, citando como exemplo que fizemos a conferência com recursos da SESP, então qualquer coisa que o CONESD queira pode solicitar para a Secretaria. Quanto a fiscalização reforçou que no seu entendimento tem dúvidas em relação ao CONESD fazer fiscalização, mas pode estar errado, mas no seu entendimento quem tem o poder de fazer fiscalização é a polícia, MP e vigilância Sanitária, enfim, se o CONESD acha, e entende que pode, que deva fazer o projeto e encaminhar para a SESP, mas precisa fazer um plano de trabalho, precisa dizer quais são as instituições que serão fiscalizadas, quais os critérios que serão utilizados, quem irá participar. Continuando faz um questionamento ao Presidente, dizendo que temos que ser práticos, que não conseguimos nos reunir nas comissões permanentes, como vamos montar uma comissão para sair viajando, enfim acha que é muito difícil isto ocorrer na prática, mas se o Conselho quiser fazer um projeto e encaminhar para a SESP, que a SESP consegue pagar diária para fazer deslocamento, dando exemplo a viagem do Presidente para São Paulo em julho, enfim não precisamos esperar o FESD, pois a SESP tem recurso para bancar qualquer projeto que o CONESD proponha, mas precisa de uma provocação formal, um plano de trabalho, alegando o porque e outro ponto é que uma fiscalização pode gerar uma ação judicial, caso a entidade não concorde com a fiscalização, ou depois da fiscalização que não concorde com a ação, desta forma quem será processado? O Secretário ou o Presidente do CONESD? Continuando, diz que tem um entendimento diferente do CONESD sobre fiscalização, mas enfim, precisa fazer o plano de trabalho. O Presidente no uso da palavra disse que o Conselho não irá fazer fiscalização, que o Conselho irá fazer orientação, que isto terá que ser alinhado, pois sabemos que não é algo fácil. O Conselheiro Fábio pediu a palavra e colocou que concorda que não é fiscalizar a instituição, que nenhum Conselho de participação social tem o poder de fiscalização, mas tomou como exemplo o Conselho Municipal de Maringá, que neste momento o COMAD de Maringá realiza visitas, que existe uma comissão que faz visitas as instituições e quando são encontradas irregularidades que fazemos orientações para a instituição e que a instituição na maioria das vezes se adequa ou se reúnem e a instituição entende o que precisa fazer e se adequa ou não e aí já não é problema nosso. Agora o que precisamos discutir é que se simplesmente não acompanharmos é o nosso trabalho? Porque não tem gente, porque não tem verba, então deixa como está, acha que não é por aí, que precisamos sim é de fazer visitas, talvez a expressão seja está, visitas as instituições e não fiscaliza-las porque não é o poder do CONESD, mas a produção de normativas e identificação de irregularidades está sim no seu entendimento dentro de nossas competências e é isto, dinheiro tem, se fizermos um projeto, com um plano e tiramos uma comissão, a comissão terá o compromisso de ir e se ela não for aí o pleno decide o que fazer com isto, mas o que não podemos é prever de que não vai ter como e não fazermos nada, então defende a tirada de uma comissão sim, com um projeto de acompanhamento de visitas e fazermos uma proposição para o governo. A Conselheira Maristela no uso na palavra falou que concorda com o Fábio e com o Renato, que não é uma fiscalização, pois isto tem implicações legais, mas considerando que o conselho é um órgão de controle social, precisamos de ter uma ação neste sentido, e considera que a visita

X pode ser importante para fazermos um relatório de denúncia por exemplo, se for o caso, e as denúncias tem um peso e precisamos ter uma maneira de criarmos um constrangimento para estes órgãos que pelo menos teriam que fazer a fiscalização e que não fazem a contento, que acha que poderíamos fazer neste sentido. O Conselheiro Renato apontou que as falas foram interessantes, que se falarmos em vistoria para fins de orientação, entende que está dentro das competências do CONESD, pois ele pode fazer o que está dentro do decreto do governo, que as vistorias devem ser de caráter orientativo, apontou ainda que já estamos discutindo isto faz tempo e ninguém coloca nada no papel, enfim precisa elaborar o plano para encaminhar para a SESP, colocou o NESPD a disposição para auxiliar nesta questão. O Conselheiro Weber pediu a palavra e considerou que a fala do Dr Renato é bem adequada quanto a isto, que o CONESD não tem poder para fiscalizar ninguém, que pode até ter resistência na porta de entrada, a instituição pode até solicitar uma ordem judicial e neste caso o juiz não dará uma ordem para quem não tenha poderes e legitimidade para fazer fiscalizações, até mesmo visita fica questionável o poder, a competência, a legitimidade para o Conselho visitar uma instituição de tratamento ou de acolhimento. Agora outra coisa seria o Conselho acompanhar os órgãos de fiscalização, que aliás o CONESD já tem feito isto em situações de denúncias de CTs e outras que a própria CT convidou o CONESD para fazer uma visita para orientar e ajudar estas instituições a se adequarem para se regulamentarem, dizendo que inclusive já participou de duas ou três visitas por indicação da Presidência. Então não podemos fazer nada que não temos competência e legitimidade para fazer, mas podemos buscar apoio dos órgãos competentes. O Conselheiro Fábio com a palavra falou que realmente os conselheiros/as não tem poder nenhum de entrar numa instituição se a instituição se fechar e não autorizar a entrada, e acha que caso a instituição haja desta forma já é um sintoma de como está o funcionamento, então o caráter é de visita realmente, de acompanhamento, de orientação e não de fiscalização, e dentro desta perspectiva entende que nenhuma instituição deva negar a visita do Conselho Estadual. Colocou que já está participando do CONESD há três ou quatro anos e nunca participou de nenhuma visita enquanto Conselho, mas considerou que estamos convergindo nas ideias e acha que o nosso caráter não é fiscalizatório, não é constrangedor conforme Professora Dulce registrou no chat, mas sim de vistoria, de visita e de orientação e aí podemos fazer em parceria ou não com as agências que tem o poder de fiscalização, se colocou parceiro para contribuir na elaboração do projeto para apresentar a SESP. O Presidente agradeceu a contribuição de todos e considerou que já avançamos nesta questão e vamos usar o termo de vistoria técnica e conforme a professora Dulce apontou, que as ações devam ter a finalidade educativa para os gestores das instituições e órgãos responsáveis. O Presidente no uso da palavra solicitou a todos/as para pensarem sobre este assunto e na reunião do dia 31/08 poderão pensar sobre a formação da comissão para realizar este projeto para ser encaminhado para a SESP, e acredita que teremos que entrar em contato com o Ministério do Trabalho, com o Ministério Público e com a Vigilância Sanitária para verificar o interesse dos mesmos sobre esta questão, como também outros órgãos caso seja necessário, podendo envolver os conselhos municipais

X para esta ação. O Presidente informou que foi convidado para ministrar uma capacitação em São Paulo pelo CONED para os Conselhos Municipais de lá, que foram cinquenta e três conselhos municipais e contou com a presença de mais uma pessoa na mesa que falou sobre as legislações e que o mesmo falou sobre o êxito da conferência estadual do Paraná, como exemplo para o estado de São Paulo. O **sétimo** item da pauta está destinado ao Evento final de gestão 2020/2022, onde o Presidente colocou que pretende realizar no final do ano após as eleições uma capacitação de um dia para os conselhos municipais de políticas sobre drogas, de forma presencial e acredita que seja interessante cada conselheiro/a participar pelo menos com uma fala do que está sendo realizado dentro do seu órgão, da sua entidade, pelo menos as secretarias de Estado precisam estar presentes, que vamos verificar uma data e neste momento perguntou para os/as Conselheiros/as sugestões de datas e dias da semana, colocou ainda que um segundo evento seria a realização de uma live do CONESD no final do ano. A Conselheira Helena no uso da palavra disse que acha complicado realizar capacitação para conselheiros de forma presencial final de ano pois as pessoas estão abarrotadas de “coisas”, mas acredita que se for de forma online seja mais viável, mas presencial entra a questão de recursos, de quem irá bancar estes custos, pois o Estado já bancou a Conferência Estadual, precisa verificar sobre isto e também colocou que não se dispõe a participar de forma presencial neste período que será realizada. O Presidente colocou que a discussão é muito importante para definirmos como organizaremos, que poderemos organizar de forma online. Neste momento a Conselheira Regina com a palavra sugere a capacitação na modalidade EAD, conforme o Conselho da Mulher realizou e deu muito certo e concorda que o período do final de ano fica difícil a agenda pelas atividades da SEED. O Conselheiro Fábio perguntou se seria uma reunião ou uma capacitação, no que o Presidente respondeu que seria uma capacitação e pensa que realmente deva ser EAD para os conselhos municipais e cada órgão representante no CONESD faria uma apresentação. O Presidente sugeriu já tirar uma comissão para organizar esta capacitação, perguntando para todos/as o interesse em participar, ficando a Conselheira Regina, Maristela, Conselheiro Fábio, Renato e Weber. Continuando o Presidente pediu sugestão de qual o melhor dia da semana, o dia todo, ou dividido em dois períodos, mas acredita que seja melhor realizar num único dia, no mês de dezembro, ou final de novembro, sendo apontado a quarta-feira como o melhor dia da semana. O **oitavo** ponto tratou dos Informes Gerais, e o Presidente perguntou a todos/as sobre a próxima reunião ordinária se será na modalidade online ou presencial e neste momento o Conselheiro Renato pediu a palavra e disse que no biênio anterior não foi entregue os certificados para os/as Conselheiros/as pelo Secretário, pois estávamos na pandemia e gostaria de verificar a possibilidade de fazer a entrega numa reunião presencial, talvez em setembro, que alinha com o Secretário para fazer esta entrega, pois precisa ter esta formalidade, ou deixamos para fevereiro e aí faz a entrega dos dois, ou talvez dezembro, que precisamos dar uma solução para isto. O Presidente no uso da palavra disse que prefere em setembro na próxima reunião ordinária, perguntando se podemos fazer presencial, tendo a manifestação da Conselheira Regina que não gostaria presencial, mas o que a maioria definir tudo

X bem. O Conselheiro Fábio colocou temos que discutir em que formato vamos seguir, pois este Conselho nunca foi pensado para existir, se reunir virtualmente, que foi uma ocasião em que foi necessário por um motivo e no momento que decidimos retornar foi necessário pensar na biossegurança e é claro que o mundo mudou, as coisas mudaram e podemos pensar sim em como continuaremos, mas que este Conselho nunca foi desenhado para se reunir virtualmente, então está de acordo que a entrega do certificado deva ser presencial, mas temos que pensar em que formato vamos existir, e que o hibridismo que praticamos na sala da SESP parece que contempla a participação daqueles que não conseguem participar presencial. Neste momento o Conselheiro Renato disse que já estava adiantando o seu voto para o formato de reunião híbrida e que estará sempre à disposição na SESP presencialmente e o que não pode acontecer novamente foi como em julho que apenas teve a participação dele e da Conselheira Helena de forma presencial. O Presidente disse que a reunião presencial é sempre melhor, porém não podemos deixar de fora o que ocorreu na modernidade, a questão da tecnologia, e que considera que as reuniões serão encaminhadas de forma híbrida até o final da gestão, reforçou a questão da entrega dos certificados no mês de setembro. O Conselheiro Fábio colocou que este formato virtual é difícil, pois tem colega que acessa a sala e não abre a câmara, não se manifesta, não vota e não sabemos se realmente a pessoa participou da reunião, que acha esquisito isto, que precisamos fazer presencial ou híbrida. A Conselheira Rita pede a palavra e diz que temos que considerar daqui para frente o final da gestão, e acha que as próximas reuniões devam ser presenciais até para fazermos uma despedida, pois muitos de nós não estaremos na próxima gestão, considerou que seria o encerramento de todo o trabalho destes últimos anos. O Presidente propôs que a partir de setembro a reunião presencial seja a modalidade preferencial, sendo aprovado pela plenária. O Conselheiro Renato ficou de verificar a agenda do Secretário para fazer a entrega dos certificados e informou ainda que o NEPSD mudou para o prédio da SESP no quinto andar e é lógico que a base do CONESD veio junto. O **nono** item da pauta foi direcionado a palavra dos conselheiros e não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e todas e a reunião deu-se por encerrada às 11h32min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

LISTA DE PRESENÇA	
PRESENTES	ÓRGÃO REPRESENTANTE
Aline Calefi Lima	FIEP justificou ausência
Anelyze Santana	Polícia Civil
Carlos Augusto Weber	OAB PR
Dulce Bais	UFPR



Edilson Sposito	DEPPEN PR
Fábio José Lopes Orsine	CRP PR
Helena Maria Ramos dos Santos	CRESS PR
Luiz Carlos Hauer	OAB PR
Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa	CRM
Maria Lúcia Gomes	ACP PR
Maristela da Costa Souza	SESA PR
Regina Célia Vitório	SEED
Renato Bastos Figueiroa	SESP
Rita de Cássia Naumann	DEPPEN PR
CONVIDADOS E OUVINTES	
Sandra Marques	CRATOD/SP
Vanessa Viacava	

Luiz Carlos Hauer

Presidente – CONESD

Helena Maria Ramos dos Santos

Secretária – Executiva